



ESQUERDA

SETEMBRO 2010 | PUBLICAÇÃO MENSAL DO BLOCO DE ESQUERDA | www.esquerda.net | nº 43 | 1€

Violência doméstica: Acabar com a impunidade

Pag.09

FOTO CAPA: FLICKR / LIBERTINUS

> POLÍTICA

**11 MIL ESTUDANTES JÁ RECORRERAM
A CRÉDITO PARA PAGAR ESTUDOS**

Pag.06

> SOCIEDADE

**CGTP ADERE
A JORNADA EUROPEIA DE LUTA**

Pag.08

> AMBIENTE

**2010 PODERÁ SER O ANO
MAIS QUENTE REGISTRADO**

Pag.20





Acampamento Liberdade 2010

O 7º Acampamento de Jovens do Bloco de Esquerda realizou-se entre 21 e 25 de Julho, no Bioparque em Carvalhais, São Pedro do Sul.

FOTO PAULETE MATOS

POLÍTICA

04. Governo quer manter discriminação na doação de sangue

05. Nunca pertenceremos ao arco da resignação

06. 11 mil estudantes já recorreram a crédito para pagar estudos

SOCIEDADE

08. Bloco propõe cartas que identifiquem riscos de erosão costeira

08. CGTP adere à Jornada Europeia de Luta

09. Violência Doméstica: Bloco propõe criação de Juízos especializados

INTERNACIONAL

10. Abandonando o Iraque: As ruínas que eles deixarão para trás | Por Patrick Cockburn

13. Declaração de Viena: "A guerra às drogas falhou"

14. Governos vão ter de explicar a carnifina no Afeganistão

AMBIENTE

16. "Banco de terras" leva deputado do Bloco à Galiza | Por Paula Nogueira

17. 2010 poderá ser o ano mais quente registado
Por Rui Curado Silva

CULTURA

18. Cultura: o ano de todos os cortes | Por André Pires

19. Bloco questiona cortes no ensino da música

OPINIÃO

20. Três anos de IVG | Por João Semedo

21. O vilão conveniente | Por José Gusmão

LOCAL

22. Acampamento Liberdade 2010 | Por Catarina Príncipe

23. Portagens nas SCUT contestadas na Assembleia Municipal do Porto



EDITORIAL
Luís Branco

ONDE PÁRA O DINHEIRO?

É precisamente na altura em que as vítimas da crise mais precisam de ajuda que o governo resolve tirar-lhes o tapete e acabar com as medidas extraordinárias de apoio aprovadas no ano passado: os seis meses de prorrogação do subsídio social de desemprego deixam de existir, os dias de descontos obrigatórios passam de 365 para 450; e a majoração do apoio em 10% para desempregados com dependentes a cargo também chega ao fim.

Mas José Sócrates quis ir mais longe para retirar o acesso às prestações sociais a muitos milhares de pessoas. E fê-lo com uma alteração da fórmula de cálculo do rendimento per capita: por um lado, o conceito de agregado passa a englobar todos os que vivem na mesma casa e, por outro, muda o valor atribuído a cada membro. Antes, numa família de cinco pessoas (dois adultos e três crianças), dividia-se o total dos rendimentos pelos cinco. Agora, o segundo adulto passou a valer 0,7 e as crianças 0,5 cada. Naturalmente, o rendimento per capita sobe. E muitas famílias a viverem de facto uma situação da pobreza ultrapassam a fasquia que as exclui do acesso a muitas prestações sociais.

Além desta medida, também em vigor desde 1 de Agosto, o valor máximo do subsídio de desemprego recuou para 75% do salário líquido anterior e os desempregados poderão ser obrigados a aceitar uma oferta de emprego nesse valor, ou seja, perdendo um quarto do salário líquido que antes auferiam. Trata-se de mais um convite para que o patronato baixe os salários. E coloca o governo do PS em sintonia com a ideia central dos economistas conselheiros de Passos Coelho: os trabalhadores portugueses estariam a ganhar entre 10% a 30% a mais do que deviam.

O afã de Sócrates e Teixeira dos Santos em tirar o dinheiro dos trabalhadores que descontaram do seu salário para terem direito a ajuda na hora de dificuldades, contrasta com a generosidade com que entregam o dinheiro dos contribuintes à banca privada. O recente caso do "salvamento" do BPP é disso exemplo. O Estado garantiu com dinheiros públicos um empréstimo dos maiores bancos privados ao BPP, alegadamente para "salvar" o banco. Todos sabiam que o BPP ia falir, mas Teixeira dos Santos e Victor Constâncio asseguraram que os activos do banco serviam de contra garantia ao aval público e avaliaram-nos em 672 milhões. Resultado da operação: o BPP faliu mesmo, os bancos privados foram buscar os nossos 450 milhões e agora o Estado tenta adiar a execução da contra garantia do BPP, composta em parte pelo chamado "lixo tóxico" cujo valor se evaporou há muito tempo. Enquanto os milhões trocavam de mãos, os depositantes do BPP não viram nem um cêntimo, mas o gigante da banca JP Morgan pôde cobrar os 200 milhões que emprestara ao banco de Rendeiro, Bal-samão, Saviotti, Vaz Guedes e outros accionistas milionários.

Estes 450 milhões, como os 2,2 mil milhões atirados para o buraco sem fundo do BPN e as centenas de milhões em impostos não cobrados à banca e em transferências de capitais para off-shores que não são taxadas, todos somados permitiriam apoiar quem mais precisa e investir na economia para criar emprego qualificado e com direitos. Mas nem Sócrates nem a oposição de direita têm qualquer interesse nisso. Basta olhar por onde anda quem governou o país nos últimos 30 anos para perceber que em vez de governos tivemos autênticos Conselhos de Administração do PSI-20 em trânsito pela política.



Governo quer manter discriminação na doação de sangue

A Assembleia da República aprovou em Abril passado uma resolução, proposta pelo Bloco de Esquerda, que recomenda ao governo a adopção de medidas que visem combater a actual discriminação dos homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue. O projecto de resolução mereceu os votos favoráveis das bancadas de Bloco, PCP, PS, PSD e do deputado João Rebelo do CDS-PP e a abstenção do CDS-PP e de Teresa Venda deputada independente do PS.

No entanto, a imprensa deu a conhecer que nada mudou no procedimento dos serviços de recolha de sangue nos últimos quatro meses. A resolução aprovada pela AR, e que foi apresentada pelo deputado José Soeiro, visa eliminar as perguntas sobre a orientação sexual dos dadores, incluídas nos questionários das unidades e serviços dependentes do Instituto Português de Sangue (IPS).

O deputado bloquista questionou o governo, no início de Junho passado, sobre a concretização e aplicação da resolução aprovada pela AR. Mas, até agora não obteve resposta.

De acordo com a imprensa, o mi-

O ministério da Saúde não quer adoptar medidas contra a discriminação de homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue, como recomendou a AR. José Soeiro diz que “o preconceito não pode prevalecer sobre a ciência”.

nistério da saúde não irá ter em conta a recomendação do parlamento e quer manter a actual discriminação de homossexuais e bissexuais masculinos, que expressamente assumam a sua orientação sexual. O ministério parece justificar a posição com o argumento de manter os “procedimentos internacionais nesta área”. Esta justificação é falsa, pois, por exemplo, países como a Espanha e a Itália já acabaram com esse critério.

O presidente do IPS, Gabriel Olim, tinha declarado minutos depois da aprovação da resolução na AR, que o Instituto não iria modificar as regras até

o ministério se pronunciar. Gabriel Olim disse então que a resolução chocava “com tudo o que é realidade internacional” e justificava-se dizendo que os “dados apontam que homens que têm sexo com outros homens têm relações não protegidas”.

O deputado José Soeiro disse que aguarda esclarecimento do ministério da saúde, considerando que “será surpreendente que o governo não aplique a resolução da Assembleia”. O deputado bloquista lembra que o coordenador nacional para o HIV/Sida, assim como o bastonário da Ordem dos Médicos afirmaram que esta discriminação “não faz sentido” e que a comissão europeia da saúde alertou que “não existe qualquer regra especial que abranja homossexuais. A preocupação é sempre com a segurança e qualidade do sangue”.

José Soeiro reafirma que “não há nenhuma razão” para manter o critério “contra a opinião de especialistas e a decisão unânime da Assembleia”, diz que o Bloco vai continuar a insistir para que a decisão da AR seja cumprida e sublinha que “o preconceito não pode prevalecer sobre os critérios científicos”. ★



Nunca pertenceremos ao arco da resignação

No jantar do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda que marcou o fim da primeira sessão legislativa, José Manuel Pureza começou por assinalar que “a perda da maioria absoluta do PS aumentou as responsabilidades dos partidos”. E lembrou as propostas concretas que o Bloco apresentou para alterar o Orçamento de Estado para 2010 e o PEC do governo. “Foi o PS que escolheu aliar-se à direita”, afirmou o líder parlamentar bloquista.

Quanto à intervenção do Bloco, destacou os 19 projectos de lei e 14 projectos de resolução aprovados e as 202 iniciativas legislativas apresentadas pelo grupo parlamentar, mais do que qualquer outro partido com representação na Assembleia da República. Foram ainda apresentadas 1345 perguntas e requerimentos ao governo desde o início da sessão legislativa.

“Este grupo parlamentar desempenhou um papel essencial na formação de maiorias, como na tributação das mais-valias em bolsa, ou no fim da discriminação no casamento civil”, mas também “foi firme na oposição às medidas que acrescentam crise à crise e indecência à indecência”, sublinhou Pureza. Olhando já para a próxima sessão que começa em Setembro, o líder parlamentar do Bloco mencionou algumas propostas prioritárias, como a “da reforma por inteiro com 40 anos de descontos, a justiça no acesso ao Complemento



JOSÉ MANUEL PUREZA.

No fim da sessão legislativa, José Manuel Pureza fez o balanço do “ano em que o PS escolheu aliar-se à direita em todas as medidas essenciais”. Em seguida, Louçã acusou Passos Coelho de querer fazer na Saúde “o maior aumento de impostos da história”.

Solidário para Idosos e a tributação dos bancos e das transferências de capitais de off-shores”. Em seguida interveio Francisco Louçã, com o discurso centrado na “extravagante, extemporânea e perigosa” proposta do PSD para uma revisão constitucional. Louçã diz que o

efeito da proposta de Passos Coelho na Saúde “representa o maior aumento de impostos da história portuguesa, em particular sobre a classe média baixa e sobre a classe média em geral”.

“Se qualquer pessoa que tenha um ordenado superior a 500, 600 ou 700 euros - que é a média nacional - tiver que passar a pagar os custos da sua saúde, isso quer dizer que há um aumento violentíssimo dos custos da vida, que é um aumento encapotado de impostos”, acrescentou Louçã. “Na verdade, significa que Passos Coelho faz entrar pela janela a proposta de Ernâni Lopes de redução dos salários de 20 ou 30 por cento. É a isso que corresponde, no caso de doentes crónicos, pessoas com patologias graves, pessoas que têm que se submeter a uma cirurgia”, exemplificou o coordenador da Comissão Política do Bloco de Esquerda.

“A única pessoa no PS que tem autoridade para combater o revisionismo constitucional é Manuel Alegre, porque foi o único que votou contra todas as alterações substanciais à estrutura democrática da Constituição”, assinalou Louçã, comentando ainda a classificação de “estapafúrdia” dada pelo PS à proposta de Passos Coelho. “E não terá sido ‘estapafúrdia’ a revisão acordada entre PS e PSD por causa da Constituição Europeia e do seu referendo, que aliás nunca chegou a existir”, perguntou o dirigente bloquista. ★

MASSA À BOLONHESA?
NÃO
PARA ESTA MESA!

11 mil estudantes já recorreram a crédito para pagar estudos

A situação vai agravar-se, pois cerca de 20.000 bolseiros vão perder ou ver reduzido o apoio. Uma petição pela igualdade no ensino superior já recolheu mais de 3.000 assinaturas.

Milhares de estudantes universitários recorreram a empréstimos para ajudar a financiar os estudos nos últimos três anos. Não são apenas as famílias mais necessitadas que optam por este programa, usado maioritariamente para pagar propinas.

“Os empréstimos não estão a ser captados apenas por estudantes oriundos de classes baixas, com menos recursos escolares e económicos, mas, em termos gerais, por inquiridos com origens sociais diversificadas”, revela um estudo realizado no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), sobre a “Linha de Crédito para Estudantes do Ensino Superior com Garantia Mútua”.

“Há alunos oriundos de famílias com inserções profissionais mais remuneradas e qualificadas, mas também estudantes com pais e mães com baixos

recursos escolares e económicos”, refere o estudo.

Se este programa não existisse, “o financiamento dos percursos de muitos estudantes pelo ensino superior poderia ficar comprometido”, alertam os investigadores.

De acordo com o estudo do CIES, “os estudantes declaram destinar os empréstimos principalmente ao pagamento de propinas (86,3 por cento)”. O dinheiro serve ainda para cobrir despesas básicas do quotidiano como transportes (48,4 por cento), alimentação (46,7 por cento) e alojamento (39,6 por cento).

No total, o crédito contratado nos últimos três anos ultrapassa os 28 milhões de euros, o que corresponde a um valor médio por aluno de cerca de 11 500 euros.

Para as famílias de classe média baixa, o empréstimo pode ser visto como “um instrumento de apoio financeiro a

aspirações de mobilidade social ascendente”, para os de classe média alta será um meio de “potenciar a autonomia pessoal e opções de estilo de vida”.

Dois em cada três empréstimos são concedidos a alunos que frequentam o ensino superior público, refere por seu turno o relatório da comissão de acompanhamento da “linha de crédito para estudantes do ensino superior com garantia mútua”.

De acordo com o programa de empréstimos, os estudantes terão de começar a pagar o crédito quando terminarem os cursos e entrarem no mercado de trabalho. No entanto, 12,2 por cento dos alunos inquiridos defendem a necessidade de prolongar o período de pagamento, referindo as eventuais e esperadas dificuldades de inserção profissional.

De acordo com o relatório da comissão de acompanhamento da “linha de crédito”, a 31 de Dezembro do ano

passado 11 108 alunos tinham já recorrido a este programa nos últimos três anos, quando foi criado, e as estimativas apontam para que em Agosto os empréstimos possam chegar aos 11 500 estudantes.

No cimo da lista dos cursos onde mais alunos recorrem a este tipo de apoio surgem enfermagem e direito: 590 futuros enfermeiros e 507 potenciais advogados pediram, em média, 13 500 euros.

A maior parte dos empréstimos foi feita a alunos que estudavam na zona de Lisboa (2649), Porto (1830), Coimbra (799) e Braga (611).

Seis em cada dez estudantes que recorreram a estes empréstimos frequentam universidades e institutos politécnicos públicos, mas são os colegas do privado quem pede os valores mais altos.

Mas nem todos os créditos solicitados foram autorizados: nestes três anos

572 pedidos foram recusados.

O estado actual do Ensino Superior é, de facto, preocupante, no que diz respeito às condições de acesso. Na verdade, nunca a igualdade e a democratização do acesso esteve tão em causa, uma vez que já se sabe também que cerca de 20 mil estudantes vão perder a bolsa de acção social a que tinham direito ou vão baixar de escalão, devido aos cortes na Acção Social e às novas regras de cálculo.

Por isso, activistas estudantis de mais de 30 instituições de ensino de 13 distritos do país, entre os quais dirigentes de várias associações de estudantes, lançaram uma petição pela igualdade no ensino superior, dirigida ao governo e à Assembleia da República, sugerindo medidas para “garantir o ensino como um direito constitucionalmente consagrado”. ★

APARTHEID SOCIAL NOS APOIOS AOS ESTUDANTES

Estima-se que pelo menos 20 mil bolseiros percam o apoio social, na sequência da entrada em vigor de um novo decreto-lei do governo. O Bloco reuniu com a direcção dos SASUP e confrontou no dia seguinte o ministro Mariano Gago no parlamento.

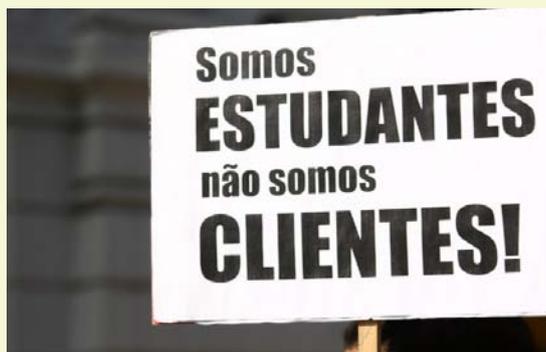
Francisco Louçã e José Soeiro reuniram em Julho com a direcção dos Serviços de Acção Social da Universidade do Porto, num momento em que se anunciam novos cortes sociais nos apoios aos estudantes universitários, e nas vésperas da vinda do Ministro do Ensino Superior, Mariano Gago, à Assembleia da República, onde preferiu nada dizer sobre as novas regras.

O Bloco questionou o ministro sobre o novo decreto-lei do governo, que representará um corte nos apoios sociais a 20 mil estudantes bolseiros, e tentará “impor” um regulamento que proteja os estudantes pobres dos cortes nas bolsas de estudo decididos pelo Governo.

Louçã contestou a medida do Governo que, apenas no universo da Universidade do Porto, implicará um corte em cerca de 1400 bolsas de acção social. “Retiram-se bolsas a 20 mil alunos pobres,

quando nos últimos 10 anos já um terço dos estudantes abandonou o ensino superior em consequência das dificuldades económicas.

Esta é uma decisão estratégica para o país: o governo deve decidir se ajuda quem, em troca de uma ajuda necessária, retribui ao país com a sua qualificação, ou se se continuam a cortar nos apoios a quem mais necessita”, referiu, acrescentando que “está em marcha uma espécie de apartheid social em matéria de apoios sociais, que o Bloco irá contestar fortemente”. Em consequência do decreto-lei do Governo, calcula-se que, no Porto, as bolsas médias de acção social irão degradar-se em cerca de 60 a 70 por cento. É no último escalão das bolsas, de cerca de cem euros mensais, em que se encontram cerca de metade dos bolseiros, que esta medida terá mais expressão. Assim, estima-se que cerca de 45 mil bolseiros serão afectados, na sequência da entrada em vigor deste decreto. A agravar esta situação está o facto de, com a mudança do sistema, os processos de atribuição de bolsas entrados em Maio deste ano só terem resposta em Dezembro, o que irá traduzir-se num acentuar da situação dos estudantes bolseiros a partir do início do ano lectivo.



Bloco propõe cartas que identifiquem riscos de erosão costeira

“Propomos uma identificação em todo o litoral dos riscos de erosão costeira, estabelecendo cartas de risco marítimo que possam identificar as zonas com maiores risco e que nas zonas com maior risco não sejam permitidas qualquer tipo de construção, nem de edifícios, nem de estruturas, nem de parques de estacionamento, nem atravessamento de veículos”, disse a deputada do Bloco Rita Calvário, sobre uma proposta entregue esta terça-feira na AR.

O Bloco realça que uma das causas apontadas para a erosão costeira portuguesa é a “ocupação urbanística desordenada no litoral, com construção em arribas e junto às praias” e considera que é importante “ter instrumentos para

prevenir estas consequências”.

“Não há nenhum estudo sistemático que cubra todo o país de Norte a Sul, de forma contínua”, salientou, defendendo que as cartas marítimas agora propostas identifiquem riscos que seriam transpostos para os planos de ordenamento da orla costeira e para os planos directores municipais.

Segundo Rita Calvário, as cartas identificariam as zonas de vulnerabilidade em três níveis: “Na alta não será possível a edificação, na média será possível, mas com regras que permitam prevenir os riscos de erosão costeira, e na baixa será possível a construção, mas com alguma atenção para ver se a situação se mantém”, explicou.

A deputada bloquista considerou que as intervenções por parte do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território no litoral, assumido como uma prioridade pela ministra do Ambiente, “são iniciativas para minimizar as consequências da erosão costeira”, como, por exemplo, a alimentação artificial de praias, a construção de estruturas rígidas no litoral, como é o caso dos esporões, e os derrubes de arribas.

“Estas são acções importantes. No entanto, são acções para responder já ao problema da erosão costeira, minimizando as suas consequências. Nós achamos fundamental que existam instrumentos para prevenir essa erosão”, salientou. ✱

CGPT ADERE À JORNADA EUROPEIA DE LUTA

Carvalho da Silva anunciou para 29 de Setembro uma «grande jornada de luta em defesa do emprego, salários e serviços públicos, com objectivos próprios, mas no contexto da luta europeia». O líder da CGTP diz que o resultado da austeridade é a estagnação.

Comentando as projecções do Banco de Portugal sobre a evolução da economia portuguesa, que abre uma forte possibilidade de recessão em 2011, Carvalho da Silva afirmou em conferência de imprensa que elas “confirmam o que sempre dissemos sobre o PEC e seus derivados: apenas provocam estagnação económica”.

O líder da CGTP anunciou também a participação na iniciativa europeia convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos para o dia 29 de Setembro, dia em que já está convocada uma greve geral em Espanha e acções de luta em França e na Grécia. Em Portugal, a CGTP

prepara pelo menos “duas grandes concentrações em Lisboa e no Porto”.

Dois dias depois, a 1 de Outubro, a Intersindical comemorará o seu aniversário com “uma grande assembleia de dirigentes sindicais” para discussão dos problemas do país e onde “serão assumidos compromissos para a continuação da luta sindical para os próximos tempos”, disse Carvalho da Silva, citado pelo jornal Público, garantindo que CGTP “tem em cima da mesa todas as formas de luta” e terá em conta a disponibilidade e capacidade dos trabalhadores e da mobilização nos próximos meses.

O sindicalista disse ainda que o país já vive “um clima de dupla pré-campanha eleitoral” e sublinhou que “há um trabalho da direita política de forma ofensiva e bruta contra os direitos dos trabalhadores e contra a dimensão da democracia criada com o 25 de Abril”.





Violência Doméstica: Bloco propõe criação de Juízos especializados

O número de mulheres assassinadas este ano pelos actuais ou ex-companheiros subiu para 24. A deputada Helena Pinto exige ao governo programas especiais de apoio e acompanhamento das mulheres sinalizadas como vítimas de violência doméstica e uma grande campanha nacional para mobilizar a população neste combate.

O aumento do número de homicídios, aliado ao facto de muitas das mulheres assassinadas estarem já sinalizadas como vítimas de violência doméstica, levou a deputada bloquista a anunciar que esta proposta será en-

tregue na Assembleia nos primeiros dias da sessão legislativa, com início no próximo mês.

“Temos a convicção que um dos estrangulamentos para a situação que se vive está nos Tribunais e por isso retomaremos, já em Setembro, em sede da Assembleia da República, um Projecto de Lei que visa a criação de Juízos especializados em violência doméstica”, anunciou a deputada num requerimento dirigido ao governo, defendendo medidas excepcionais de protecção às vítimas.

“Os números deste crime, que o tornam o mais participado e número de homicídios exigem que o Governo desenvolva uma grande campanha nacional sobre as consequências deste crime e como forma de sensibilizar a população e de a mobilizar para saber interpretar todos os sinais e optar por uma posição de condenação activa”, defendeu a deputada bloquista no requerimento entregue na Assembleia da República e dirigido à secretária de

Estado para a Igualdade. “Não se compreende que o número de emergência nacional para as vítimas de violência doméstica não esteja nas televisões e nas ruas, por exemplo”, alerta Helena Pinto.

“A impunidade de que gozam os agressores não contribui para o combate a este crime, pelo contrário alimenta-o”, prossegue a deputada, pontando que “o último exemplo é o caso de não aplicação das “pulseiras electrónicas” existentes. Helena Pinto diz que “basta ver o número de processos que chegam ao fim comparados com o número de queixas, o número de condenações e o número de medidas de coacção aplicadas” para se perceber agora que “muitas das mulheres assassinadas já se encontravam sinalizadas como vítimas de violência doméstica. A protecção não foi eficaz ou não chegou a tempo”, acusa a deputada bloquista, para quem “não é suficiente” apelar “para que as magistraturas estejam mais sensibilizadas para estas situações”. ✱



Abandonando o Iraque: As ruínas que eles deixarão para trás

POR PATRICK COCKBURN

Ao voltar a Bagdad no mês passado, depois de ter estado ausente por algum tempo, fiquei impressionado com o pouco que tinha mudado.

A 14 de Junho deste ano, um intérprete do exército dos EUA, chamado Hammed al-Daraji, foi morto a tiro enquanto dormia na sua casa em Samarra, uma cidade a cerca de 97 quilómetros a norte de Bagdad.

De certo modo, este assassinato não teve nada de estranho, uma vez que 26 civis iraquianos foram assassinados em diferentes partes do país no mesmo dia. Mas, além de trabalhar periodicamente para os americanos desde 2003, o Sr. Daraji tinha-se recentemente convertido ao cristianismo e, imprudentemente, passou a usar um crucifixo ao pescoço – uma atitude suficiente para fazer dele um alvo em redutos sunitas.

O que fez os iraquianos, acostumados como estão à violência, prestarem especial atenção ao assassinato do Sr. Daraji foi a identidade do seu assassino. Preso logo após o corpo ter sido descoberto, foi anunciado que o filho confessou ter assassinado o pai, explicando que o trabalho e a mudança de religião do seu pai envergonharam de tal maneira a família que não havia alternativa senão matá-lo. Um segundo filho e um sobrinho do Sr. Daraji também são procurados pelo assassinato e os três jovens têm alegadamente ligações à Al-Qaeda.

A história ilustra até que ponto o Iraque continua a ser um local extremamente violento. Sem que o resto do mundo prestasse muita atenção, cerca de 160 iraquianos foram mortos e centenas feridos durante as últimas duas semanas. O número de mortes de civis no Iraque continua mais elevado do que no Afeganistão, embora actualmente este último tenha quase o monopólio da atenção dos media. Mas a morte do Sr. Daraji deveria fazer duvidar aqueles que supõem que, seja como for, a ocupação do Iraque pelos EUA vive os seus últimos anos e que as tropas de combate americanas deviam mesmo preocupar-se em manterem-se no Iraque para além da sua data de partida prevista para daqui a seis semanas, a 31 de Agosto. Segundo um “Acordo do Estatuto das Forças” (Status of Forces Agreement – SOFA), assinado pelo presidente Bush em 2008, durante os seus últimos dias na Casa Branca, todas as restantes tropas dos EUA deverão sair até ao final de 2011.

As tropas americanas deixam para trás um país que é uma ruína nitidamente instável. Bagdad assemelha-se a uma cidade sob ocupação militar, com os terríveis engarrafamentos causados pelos 1500 pontos de controlo e as ruas

bloqueadas por quilómetros de muros de betão que estrangulam as comunicações dentro da cidade. A situação no Iraque é em muitos aspectos “melhor” do que era, mas dificilmente poderia ser diferente uma vez que as mortes, no seu auge em 2006-2007, ocorriam numa média de 3000 por mês. Dito isto, Bagdad continua a ser uma das cidades mais perigosas do mundo, onde é mais arriscado circular do que em Cabul ou Kandahar.

Nem tudo pode ser atribuído à actual liderança política. O Iraque está a recuperar de 30 anos de ditadura, guerra e sanções, e a recuperação é dolorosamente lenta e incompleta por ter sido tão grande o impacto das múltiplas calamidades que atingiram o Iraque depois de 1980. Saddam Hussein desperdiçou dinheiro na sua auto-infligida guerra contra o Irão, não deixando nada para hospitais ou escolas. A derrota infligida pela aliança liderada pelos EUA no Kuwait provocou um colapso na moeda e 13 anos de sanções da ONU que equivaleram a um cerco económico. O Iraque nunca recuperou destas catástrofes. Quando a ONU tentou providenciar a substituição de equipamentos nas centrais energéticas e nas estações de tratamento de água, na década de 1990, os anteriores fabricantes disseram que as instalações eram tão antigas que as peças sobressalentes tinham deixado de se fabricar.

Durante as sanções, o governo não tinha dinheiro e deixou de pagar aos seus funcionários que, no entanto, cobravam pelos seus serviços. Neste momento recebem bons salários, mas a velha tradição de não fazer nada sem um suborno não desapareceu. Fortes níveis de corrupção tornam o estado disfuncional. Para dar um pequeno exemplo: uma amiga, a dar aulas numa universidade em Bagdad, ficou grávida e requereu licença remunerada de um mês para ter seu bebé, como era seu direito. Os administradores da universidade disseram que poderia ter a licença, mas na condição de lhes entregar o salário do mês. O que faz com que a corrupção no Iraque tenha efeitos tão devastadores é que paralisa o aparelho de estado e o impede de desempenhar as suas



PATRICK COCKBURN | jornalista

As tropas americanas deixam para trás um país que é uma ruína nitidamente instável. Bagdad assemelha-se a uma cidade sob ocupação militar, com os terríveis engarrafamentos causados pelos 1500 pontos de controlo e as ruas bloqueadas por quilómetros de muros de betão que estrangulam as comunicações dentro da cidade.

funções mais essenciais. Em 2004-2005, por exemplo, todo o orçamento para o aprovisionamento militar de 1,2 milhões de dólares (926.640 mil euros) foi roubado, se bem que isso se possa explicar pelo caos dos primeiros anos do estado iraquiano pós-Saddam, com os americanos a clamar vitória em muitos dos combates e sem se saber quem de facto detinha o poder.

Cinco anos mais tarde, é razoável pensar que o aprovisionamento militar tenha melhorado, especialmente no que se refere a peças essenciais de equipamento para as forças de segurança. Aqui, não existe maior prioridade para o governo do que acabar com os bombistas suicidas da Al-Qaeda, a conduzirem veículos cheios explosivos no centro de Bagdad e a fazerem-se explodir à porta dos ministérios, matando e ferindo centenas de pessoas.

Os iraquianos questionam frequentemente porque é que os bombistas conseguem atravessar tantos pontos de controlo sem levantarem suspeitas.

Durante o ano passado, tornou-se claro que existe uma razão simples para isso, que dá bem conta da fraqueza da máquina do Estado iraquiano. A manutenção dos bombistas fora de Bagdad é, no mínimo, abalada porque o principal dispositivo de detecção de bombas, usado pelos soldados e pela polícia para encontrar explosivos, é uma comprovada falsificação. O governo pagou grandes quantias pelo detector, designado “sonar” pelos iraquianos, que não traz uma fonte de energia – e, que supostamente, a recebe da pessoa que o maneja, que tem de arrastar os pés para gerar electricidade estática.

Por muito inútil que seja, o “sonar”, uma pega de plástico preto com uma antena prateada, como uma antena de televisão, espetada na frente, é o principal método pelo qual os veículos suspeitos em Bagdad são controlados por soldados e polícias. Se existirem armas ou explosivos, a antena dever-se-ia inclinar na sua direcção, funcionando da mesma forma que uma vara de um adívino de água.

O que é impressionante acerca do detector de bombas, oficialmente conhecido como ADE-651, é que tem sido repetidamente referido como inútil por peritos governamentais, jornais e televisão. Foi produzido originalmente na Grã-Bretanha, numa exploração de produção de leite desactivada, no Somerset, mas o director da empresa responsável foi preso no Reino Unido por suspeita de fraude e a sua exportação foi proibida. O único componente electrónico no dispositivo é um pequeno disco, no valor de alguns cêntimos, semelhante aos que estão presos à roupa nas lojas para impedirem as pessoas de saírem sem pagar.

Embora o custo de fabrico de cada “sonar” seja de apenas 50 dólares, o Iraque gastou 85 milhões de dólares na compra dos detectores de bombas em 2008 e 2009. Apesar de terem sido denunciados como inúteis, nunca foram retirados e continuam a ser um dos principais meios para deter os bombistas da Al-Qaeda. Um chefe da polícia iraquiana disse-me, confidencialmente, que a polícia sabe que os seus detectores não funcionam, mas continua a usá-

-los porque têm ordens para o fazer. A suspeita em Bagdad é que foi pago um grande suborno a alguém para comprar os “sonares” e não querem admitir que não passam de lixo. Previsivelmente, as bombas que explodem com um efeito devastador no coração da capital terão passado por uma dúzia de postos de controlo sem serem detectadas.

A corrupção explica muita coisa no Iraque, mas não é a única razão de ter sido tão difícil criar um governo funcional. Saddam Hussein não deveria ser tão difícil de substituir. Parte do problema aqui é que a invasão dos EUA e a queda de Saddam Hussein teve consequências radicais, porque desviou o poder dos árabes sunitas, membros do partido Baath, para os 60 por cento de iraquianos xiitas que estão aliados aos os curdos. O Iraque passou a ter uma nova classe dominante, enraizada na população rural xiita e dirigida por ex-exilados, sem qualquer experiência executiva. Em muitos aspectos, o seu modelo de governo é recriar o sistema de Saddam, só que desta vez com os xiitas no poder. Era costume dizer-se que o Iraque estava sob a alçada de árabes sunitas de Tikrit, a cidade natal de Saddam Hussein, a norte de Bagdad, enquanto que agora as pessoas em Bagdad, queixam-se que um bando similar, bem organizado e integrado, da cidade xiita de Nasiriyah rodeia o primeiro-ministro Nouri al-Maliki.

Em muitos aspectos, o Iraque está a assemelhar-se ao Líbano, às suas políticas e à sua sociedade irremediavelmente dividida por lealdades a seitas e comunidades. O resultado das eleições parlamentares de 7 de Março poderia ser facilmente previsto admitindo que a maioria dos iraquianos votaria como sunitas, xiitas ou curdos. Os cargos de topo do governo e de toda a burocracia são preenchidos informalmente de acordo com a filiação sectária. Em termos simplistas, isto dá a todos uma parte do bolo, mas o bolo é demasiado pequeno para satisfazer mais do que uma minoria de iraquianos. O governo também está enfraquecido por os ministros serem representantes de um certo partido, facção ou comunidade e não poderem ser demitidos por serem corruptos ou incompetentes.

Ao voltar a Bagdad no mês passado, depois de ter estado ausente por algum tempo, fiquei impressionado com o pouco que tinha mudado. O aeroporto continuava entre os piores do mundo. Quando eu quis viajar para Baçorá, a segunda maior cidade do Iraque e o centro da indústria do petróleo, a Iraqi Airways informou que tinha apenas um voo durante a semana e não tinha a certeza quando sairia.

A violência pode ter diminuído, mas poucos dos 2 milhões de refugiados iraquianos na Jordânia e na Síria acham que é suficientemente seguro regressar. Mais de 1,5 milhões de pessoas são Pessoas Deslocadas Internamente (PDI), forçadas a abandonarem as suas casas devido aos massacres sectários de 2006 e 2007 e demasiado assustadas para voltarem. Destes, cerca de meio milhão de pessoas tentam sobreviver em acampamentos clandestinos que a Refugees International descreve como não tendo os “serviços básicos, incluindo água, saneamento e electricidade, construídos

A corrupção explica muita coisa no Iraque, mas não é a única razão de ter sido tão difícil criar um governo funcional.

em locais precários – debaixo de pontes, ao longo de vias-férreas e entre os depósitos de lixo”. Um facto preocupante acerca desses campos é que o número de pessoas que aí vivem deveria estar a diminuir à medida que o conflito entre seitas abranda, mas na verdade a população de deslocados internos é crescente. Actualmente, os refugiados vão para os campos não por causa do medo dos esquadrões da morte, mas por causa da pobreza, do desemprego ou porque a seca prolongada está a afastar os agricultores das suas terras.

O Iraque está cheio de pessoas que têm pouco a perder e nutrem um profundo ódio por um governo que eles vêem como sendo dirigido por uma elite cleptomaniaca, que devora as receitas do petróleo do Iraque. Tal como no Líbano

e no Afeganistão, onde as disparidades de riqueza são também enormes, o ódio de classe e as diferenças religiosas combinam-se para exacerbar o ódio entre e no seio das comunidades. A ira dos desalojados explica a brutalidade do saque a Bagdad em 2003, em que as pessoas irromperam dos bairros de lata da cidade de Sadr para pilharem os ministérios e os serviços governamentais.

O Iraque difere do Líbano num aspecto decisivo. É um estado petrolífero com receitas anuais de 60 milhões de dólares, no ano passado, e com reservas de petróleo inexploradas entre as maiores do mundo. As suas exportações de petróleo podem quadruplicar, ao longo da próxima década, ao abrigo de contratos assinados com as companhias petrolíferas internacionais no ano passado. Deveria haver dinheiro suficiente para elevar os padrões de vida e reconstruir as infra-estruturas após prolongado abandono.

À primeira vista, o petróleo poderia ser a solução para inúmeros problemas do Iraque; mas no Iraque no passado, e noutros estados petrolíferos, o petróleo provou ser tanto uma maldição política quanto uma bênção económica. Os países dependentes das exportações de petróleo e de gás são quase invariavelmente ditaduras ou monarquias. O controlo das receitas do petróleo, sem apoio popular, torna-se para os dirigentes a fonte do seu poder. Se existir oposição, então as riquezas petrolíferas permitem aos dirigentes criar e pagar forças de segurança para a esmagar.

Nenhum país do mundo precisa tanto de avaliar cuidadosamente o compromisso entre as comunidades e os partidos como o Iraque, mas o petróleo pode aliciar os governos a recorrerem à força. Isto foi o que aconteceu a Saddam Hussein, que nunca teria tido força para invadir o Irão ou o Kuwait sem a riqueza do petróleo do Iraque. A mesma coisa pode acontecer de novo: um estado todo-poderoso – corrupto e incompetente – pode tentar esmagar os seus adversários, em vez de os conciliar. O petróleo por si só não irá estabilizar o Iraque. ✱

Patrick Cockburn é jornalista e é o autor de “Muqtada: Muqtada Al-Sadr, the Shia Revival, and the Struggle for Iraq”.



Declaração de Viena: “A guerra às drogas falhou”

No arranque da XVIII Conferência Internacional sobre SIDA, três ex-presidentes latino-americanos subscreveram a Declaração de Viena, que exige uma “reorientação completa da política” da ONU em relação às drogas.

“A guerra às drogas falhou”, disse Fernando Henrique Cardoso no comunicado anunciando o apoio à iniciativa. “Na América Latina, o único resultado da proibição foi a mudança das áreas de cultivo e dos cartéis de drogas de um país para outro, sem redução na violência ou na corrupção geradas pelo comércio de drogas”, sublinhou o ex-presidente brasileiro.

Os outros dois antigos chefes de Estado subscretores da declaração são o colombiano Cesar Gaviria e o mexicano Ernesto Zedillo, a que se juntaram os escritores Mario Vargas Llosa, Paulo Coelho e Sergio Ramirez Mercado - que participou na junta sandinista e foi mais tarde vice-presidente da Nicarágua.

A declaração de Viena foi elaborada por um comité de médicos e investigadores de topo na área da luta contra a SIDA, como a Nobel da Medicina Françoise Barré-Sinoussi, co-responsável

pela descoberta do vírus HIV. Neste comité estão também os dois presidentes da mesa desta Conferência Internacional sobre SIDA, o canadiano Julio Montaner e a austríaca Brigitte Schmied.

“Quando milhares de indivíduos se reúnem em Viena para a XVIII Conferência Internacional sobre a SIDA, a comunidade científica internacional pede o reconhecimento dos limites e danos decorrentes da proibição ao uso de drogas, bem como a reforma das directrizes, a fim de eliminar barreiras para a prevenção efectiva, o tratamento e cuidado do HIV”, diz a Declaração que pode ser subscreta online aqui.

A Declaração diz que as várias décadas de proibicionismo tornaram “inequívoco” que “o cumprimento da lei tem fracassado no que diz respeito à prevenção da disponibilidade de drogas ilegais” e que se tem registado “um padrão geral de queda nos preços das drogas e um aumento da pureza das mesmas”.

“Fora da África subsariana, o uso de drogas injectadas resulta em aproximadamente um em três casos novos de HIV”, denuncia o documento, sublinhando a “evidência avassaladora de que o cumprimento da lei não tem alcançado seus objetivos declarados”: para além da “epidemia” de HIV resultante da criminalização do consumo e em particular nos “consumidores de

drogas encarcerados e institucionalizados”, a Declaração chama a atenção para a “erosão dos sistemas de saúde pública”, a “crise nos sistemas de justiça criminal”, as “violações graves dos direitos humanos” e os “bilhões de dólares do contribuinte que são desperdiçados” numa “guerra às drogas” que provoca os danos já referidos.

Segundo os dados da Declaração de Viena, o mercado ilegal de drogas é estimado em 320 mil milhões de dólares por ano e “estes lucros permanecem totalmente fora do controle do governo, fomentando o crime, a violência e a corrupção em inúmeras comunidades urbanas e tem desestabilizado países inteiros, como a Colômbia, o México e o Afeganistão”.

A XVIII Conferência Internacional sobre SIDA, realizada em Julho na capital austríaca, reuniu mais uma vez os maiores especialistas mundiais, as ONG que estão no terreno e os agentes de decisão política. “Quando há uma emergência em Wall Street ou uma crise energética, mobilizam-se de imediato biliões sobre biliões de dólares. A saúde da população merece uma resposta financeira semelhante e um grau de prioridade muito maior”, concluiu Julio Montaner, o investigador que dirigiu os trabalhos da Conferência que juntou 19300 participantes vindos de 193 países. ★

Governos vão ter que explicar a carnificina no Afeganistão

A leitura atenta de muitas das informações contidas nos documentos secretos sobre a guerra do Afeganistão tornados públicos pelo site Wikileaks (<http://wikileaks.org/>) revela bastante mais do que pormenores operacionais: transmite a certeza de que estamos perante uma sangrenta agressão colonial sem princípios, onde é possível desde já detectar actos passíveis de ser considerados como “crimes de guerra”, segundo Julien Assange, fundador e editor do site. “Apesar de conhecermos, desde o início, o carácter injusto, expansionista e mistificador desta invasão em que estão envolvidos os países da União Europeia, a divulgação destes documentos - um exercício de direito à informação - impõe que os cidadãos reclamem dos seus governos, ainda com maior veemência, explicações claras e sem rodeios sobre o que as tropas dos nossos países estão a fazer em terras afegãs”, comentou Miguel Portas, eurodeputado da Esquerda Unitária GUE/NGL eleito pelo Bloco de Esquerda.

A consulta cuidadosa de dezenas de milhares de informações contidas nos cerca de 92 mil ficheiros divulgados pelo Wikileaks leva muito tempo, de tal modo que nem os mais altos responsáveis

Documentos agora conhecidos revelam actos passíveis de ser considerados “crimes de guerra”, afirma Julien Assange, editor do Wikileaks.

norte-americanos ainda se puseram de acordo quando às possíveis consequências da gigantesca fuga de informação. O presidente e alguns dos seus mais directos colaboradores afirmam que os documentos não trazem nada de novo e, como tal, não interferem no curso considerado normal das operações militares. Os militares, designadamente os generais no terreno, procuram responsabilizar os autores da fuga por actos passíveis de serem considerados “traição” porque, em seu entender, divulgaram informações que podem ser perigosas para os militares nos teatros de operações.

Julien Assange e também responsáveis por publicações que estão a divulgar os documentos de forma organizada, designadamente o “The Guardian” e o “The New York Times”, afirmam que essa acusação não é procedente uma

vez que os ficheiros tornados públicos foram expurgados dos que poderiam fazer perigar a vida de soldados. O presidente Barack Obama tem razão, mesmo que seja parcial, quando afirma que os documentos em causa não trazem nada de novo. Apesar disso, muitos dos ficheiros traduzem o reconhecimento por parte dos serviços de informações e outros sectores operacionais do carácter perverso que tem assumido a política norte-americana em relação ao Afeganistão durante as últimas três décadas. Alguns documentos revelam como tropas norte-americanas e aliadas têm sido alvos de armas letais, como por exemplo os mísseis Stinger, fabricadas nos Estados Unidos e em tempos oferecidas aos grupos radicais islâmicos que combateram os soviéticos, surgindo agora nas mãos dos talibãs. Embora acontecimentos deste tipo não estejam enquadrados na deifinição de “friendly fire” ou “fogo amigável”, é um facto que se trata de soldados norte-americanos vítimas de armas norte-americanas oferecidas - e não vendidas - ao fundamentalismo islâmico nos tempos em que os mercenários deste movimento eram coordenados por Osama Bin Ladem a partir do Paquistão. Sabe-se que a CIA tentou

comprar os mísseis Stinger aos radicais islâmicos quando os soviéticos foram derrotados mas os documentos agora divulgados revelam que as diligências da agência não tiveram sucesso pleno.

Os ficheiros desvendados confirmam o jogo duplo que tem sido realizado no Paquistão através dos serviços secretos do país (ISI), organização que desde sempre colaborou com a CIA, tanto actualmente como na ocasião em que Bin Laden centralizava as questões de recrutamento e financiamento dos mercenários islâmicos com apoio norte-americano e britânico. Alguns dos ficheiros revelam operações realizadas pelos talibãs em colaboração com sectores do ISI. Cerca de centena e meia de ficheiros enquadrados sob a classificação “Blue and White”, branco e azul, são dedicados a operações ditas de “escalada de força” e que ilustram a dimensão trágica do massacre de civis afegãos pelas tropas estrangeiras. Muitos desses acontecimentos começaram por ser explicados como “propaganda talibã”. Os ficheiros em causa pormenorizam, por exemplo, episódios como o de Kunduz (Setembro de 2009), que chegou a ameaçar o governo alemão; o de Agosto de 2008 do qual foi intérprete o esquadrão “Scorpion” de forças especiais norte-americanas; o massacre cometido por um esquadrão polaco numa festa de casamento em Agosto de 2007; os disparos de tropas francesas e norte-americanas, em 2008, respectivamente contra um autocarro escolar e um autocarro de passageiros. Segundo os autores, todas as informações contidas nos cerca de 150 ficheiros “Blue and White” revelam que as operações foram efectuadas de acordo com as normas operacionais. Os casos em que os “tiros de aviso” provocaram imediatamente mortos ou feridos são justificados através da ocorrência de “ricochetes”.

A realidade destes incidentes em situações de “escalada de força” é mais completa. Em Kunduz, em Setembro de 2009, um general alemão pediu a intervenção de caças norte-americanos F-16 para bombardear dois auto-tanques de combustíveis que se aproximavam de um comboio da NATO uma vez que “não havia civis nas imediações”. Os serviços

de imprensa da NATO revelaram que a intervenção permitiu liquidar 56 “insurgentes talibãs”. No entanto, morreram dezenas de civis, entre 30 e 70, facto agora confirmado e sobre o qual o ministro alemão da Defesa mentiu sem que, na prática, fossem pedidas contas ao governo da senhora Merkel.

Em Agosto de 2008, o esquadrão “Scorpion” de forças especiais norte-americanas lançou uma chuva de rockets alegadamente sobre uma bolsa de talibãs na cidade de Helmand, acção em

“Os cidadãos devem reclamar, ainda com maior veemência, explicações sobre o que as tropas estrangeiras estão a fazer no Afeganistão”, propõe Miguel Portas

que teve o apoio de bombardeamentos aéreos. O resultado oficial foi a morte de 24 insurgentes. Ainda hoje, porém, não foi estabelecido o balanço total do número de civis mortos e feridos. Em Agosto de 2007, um esquadrão das forças de intervenção polacas lançou uma chuva de morteiros sobre uma festa de casamento na aldeia de Nangar Khel, alegadamente para vingar a explosão de um chamado IED, artefacto artesanal. Não está ainda feito o apuramento do número total de mortos e feridos, todos civis, nesta operação susceptível de ser considerada “crime de guerra”. O esquadrão polaco regressou ao seu país e, por pressão das hierarquias militares, o julgamento entretanto efectuado não teve quaisquer consequências até ao momento.

Em 2 de Outubro de 2008, tropas francesas suspeitaram de um autocarro que se aproximava de um comboio da NATO e fizeram fogo. Era um autocarro escolar: oito crianças ficaram feridas. Dois meses depois, o esquadrão norte-americano “Red Currahee”, do Kentucky, suspeitou também de um autocarro que considerou ameaçador para um comboio da NATO e varreu-o a rajada de metralhadora. Morreram quatro ocupantes e 11 ficaram feridos, todos civis porque se tratava de um autocarro de passageiros.

Os ficheiros “Blue and White” representam, segundo a interpretação do jornal britânico “The Guardian”, “um catálogo dos massacres” de civis cometidos pelas tropas estrangeiras através do recurso à “escalada de força” contra “veículos ameaçadores” em postos de controlo, junto a bases militares ou nas imediações de comboios da NATO. Também há registos de vítimas civis isoladas, como é o caso de um mecânico de automóveis que fazia um teste a uma viatura e “demorou a sair da estrada” ou de uma aldeã idosa que participava numa manifestação contra o modo como são tratados os civis na guerra. A frequência de episódios deste tipo chegou a abrir uma crise entre o governo norte-americano e o presidente afegão por ele apoiado, Hamid Kharzai, quando este se insurgiu contra o elevado número de incidentes com civis, um facto que torna difícil sustentar a tese oficial segundo a qual as tropas estrangeiras estão no país para garantir a segurança das populações.

Responsáveis militares norte-americanos consideram, face à divulgação de documentos secretos feita pelo Wikileaks, que este site “tem sangue nas mãos”, uma interpretação que, nota o “The Guardian”, pretende inverter o sentido do massacre que está a ser realizado no Afeganistão. A polémica regista-se num dos momentos mais críticos da situação criada com a invasão iniciada em Outubro de 2001, alegadamente para derrubar os talibãs e prender ou liquidar Bin Laden. Na recente conferência internacional de doadores, o presidente afegão prometeu, com acordo das potências que tutelam o seu regime, que as forças policiais e militares do país assumirão o controlo de todo o território a partir de 2014. A declaração foi feita em Julho, o mês mais sangrento para as tropas invasoras em quase nove anos de operações e durante o qual foi batido o recorde de vítimas - que por sua vez fora estabelecido no mês imediatamente anterior. É difícil conjugar esta promessa com a realidade no terreno, explicada agora de maneira ainda bastante mais nítida pelos documentos divulgados através do Wikileaks. ★



“Banco de Terras” leva deputado do Bloco à Galiza

POR PAULA NOGUEIRA

Conhecer o processo de implementação de um Banco de Terras foi o principal objectivo do encontro que levou o deputado Pedro Soares ao Parlamento da Galiza, em Santiago de Compostela.

Recebido por Soares Canal, ex-conselheiro do Meio Rural e pela deputada Tereixa Paz, porta-voz do Bloco Nacionalista Galego para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pedro Soares inteirou-se das várias fases do processo, levado a cabo pelo BNG, que integrou o anterior governo autónomo galego.

O envelhecimento da população, uma estrutura fundiária assente em pequenas parcelas, muitas delas abandonadas, e o facto de alguns sectores produtivos necessitarem de terra disponível para alargarem a sua actividade levou o anterior governo a iniciar um processo que Pedro Soares, presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, considera urgente que se inicie em Portugal e que levou já o Bloco a apresentar um Projecto de Lei, que se encontra em fase de análise na respectiva comissão parlamentar.

Na Galiza foi criada uma empresa pública para administrar este banco de terras e constituída uma comissão, que integra proprietários e agricultores, para além de outros organismos. É esta

comissão que fixa os preços do aluguer da terra, com base em critérios que são consensualizados.

O facto de ser um organismo público a liderar o processo, tal como afirmou Soares Canal, dá garantias aos proprietários que desta forma não temem perder a posse da terra.

A principal filosofia do Banco de Terras, passa separar a posse do uso, tal como acontece com a propriedade urbana e permite que quem não tem terreno possa desenvolver a actividade agrícola, o que em Portugal está praticamente limitado a quem é proprietário.

Pedro Soares mostrou-se muito satisfeito com a reunião que “permitiu colher alguns ensinamentos fundamentais para continuarmos a aperfeiçoar o nosso Projecto de Lei”. Para o deputado bloquista “a criação de um Banco de Terras em Portugal é absolutamente necessária para garantir o futuro do mundo rural e uma maior autonomia do país na produção de bens alimentares, já que a maior parte do que consumimos é importado”. ✨



2010 poderá ser o ano mais quente registado

POR RUI CURADO SILVA

Dados do instituto americano National Oceanic and Atmospheric Administration mostram que este ano tivemos o mês de Junho mais quente desde que se regista a temperatura média da Terra (temperatura combinada dos oceanos e dos continentes).

O mesmo sucedeu com o mês de Maio, o mês de Abril e o mês de Março. Ou seja, Junho foi o quarto mês consecutivo que registou a temperatura da Terra mais alta de sempre. Junho foi também o 304º mês consecutivo cuja temperatura ultrapassou a média de temperaturas do século XX. A última vez que um mês apresentou uma temperatura média inferior à do século XX foi o mês de Fevereiro de 1985. Final-

mente, se considerarmos as temperaturas médias de todos os primeiros semestres registados até hoje, o primeiro semestre de 2010 foi o mais quente de sempre. As zonas em que se registaram as temperaturas mais elevadas em relação à época foram a zona do Peru, do centro e do leste dos EUA e as extremidades leste e oeste da Ásia. Os Jogos Olímpicos de Inverno deste ano realizados em Vacouver no Canadá ocorreram quase sem neve, quase exclusivamente à custa de neve artificial. No entanto, temperaturas mais frias que o normal ocorreram no sul da China e Escandinávia e a Europa teve um Inverno entre os mais frios das últimas duas décadas.

Imagens de satélite realizadas desde 1979 mostram que a cobertura de gelo do Ártico correspondente a Junho deste ano foi a menos extensa jamais registada para um mês de Junho. No entanto, é apenas em Setembro que se regista o mínimo de cobertura de gelo do Ártico antes do início do Outono. A ilustrar a tendência deste ano para as altas temperaturas um dos maiores glaciares do Ártico, o Glaciar

Jakobshavn Isbrae, perdeu 7 quilómetros quadrados – um pouco mais que a área de Gibraltar – durante uma noite, tendo sido um dos maiores desmembramentos de glaciares jamais registados em tão curto espaço de tempo.

Os 10 anos mais quentes de sempre ocorreram durante os últimos 15 anos. Um relatório científico de 2009, o Diagnóstico de Copenhaga, indica que o aquecimento global poderia estar a seguir a via dos piores cenários projectados para as próximas décadas. Infelizmente, as medidas de 2010 em conjunto com as medidas realizadas nas décadas precedentes parecem confirmar a tendência do Diagnóstico de Copenhaga.

Se dúvidas existiam, temos agora motivos mais fortes que nunca para implementar com urgência as políticas de combate ao aquecimento global antes que o aumento da temperatura global atinja os 2º C, estimado como o aumento de temperatura a partir do qual os nossos esforços para controlar o clima poderão perder efeitos. ★

Cultura: o ano de todos os cortes

POR ANDRÉ PIRES

No final de uma sessão legislativa marcada por cortes na Cultura, a deputada Catarina Martins contou ao Esquerda quais os principais problemas do sector e as respostas apresentadas pelo Bloco.

Em Junho do corrente ano, o Primeiro-Ministro, José Sócrates, admitia na Assembleia da República que um dos erros cometidos pelo seu Governo tinha sido a ausência de um investimento significativo na área da Cultura. Na altura, Sócrates afirmava que “se há um erro que é possível identificar ao longo destes anos é que talvez deveríamos ter investido mais em cultura, tal como fizemos em ciência”.

Mas se a área da cultura sofreu este

ano vários ataques por parte do Governo, desde logo o anúncio de cortes orçamentais de 10% e a cativação de 20% das verbas para o sector, mas também a redução das quotas de música portuguesa nas rádios ou a “teimosia” em fazer um novo museu em Belém, contra a opinião dos agentes culturais. Catarina Martins lembra que o Bloco de Esquerda apresentou vários Projectos de Lei que marcaram estruturalmente o panorama dos

direitos sociais na área da Cultura.

Questões como o regime laboral e de certificação profissional dos profissionais das artes do espectáculo e do audiovisual, a criação da Rede de Teatros e Cine-Teatros Portugueses, ou a alteração da forma de designação da administração da RTP, foram defendidas pelo Bloco na Assembleia da República num total de onze Projectos de Lei levados a discussão.

Das várias iniciativas apresentadas pelo Bloco foram aprovadas na generalidade, estando agora em fase de debate de especialidade no seio da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, as iniciativas sobre o regime social e de segurança social e regime laboral e certificação profissional dos profissionais das artes do espectáculo e do audiovisual.

No que respeita aos Projectos de Resolução, a deputada recordou ainda que o Bloco conseguiu a aprovação da criação da modalidade de apoio a “primeiras



CATARINA MARTINS

obras" e a suspensão das alterações no eixo de museus Ajuda/Belém até à elaboração de um plano estratégico, num total de seis Projectos apresentados.

O Bloco promoveu ainda as audições da Ministra da Cultura, dedicada ao plano "Museus para o século XXI" e à estratégia para o sector cultural, e do Director Geral das Artes, relativamente aos atrasos nos concursos de apoio às artes, tendo ainda entregue mais de setenta Perguntas e Requerimentos ao Governo.

Fora do Parlamento, o Bloco de Esquerda realizou Sessões Públicas sobre política cultural em 22 concelhos, abrangendo os 18 distritos de Portugal Continental e uma Audição Parlamentar sobre o Projecto-Lei para a Criação da Rede de Teatros e Cine-Teatros Portugueses.

De acordo com a deputada Catarina Martins, a actuação do Bloco na área da Cultura prendeu-se sobretudo com três questões diferentes:

"Por um lado, com a actuação do Ministério da Cultura e com o facto de o Ministério ter tido menos Orçamento disponível para a Cultura e ter sido inconsequente nos seus actos e, neste campo, a actuação do Bloco foi importante, nomeadamente com a apresentação do Projecto que prevê a suspensão da construção de museus no eixo Ajuda/Belém e que foi votada favoravelmente por toda a oposição";

Em segundo lugar, a deputada destacou a ideia da Cultura "enquanto motor de desenvolvimento equilibrado em todo o país, o diferente património e o potencial criativo existente e que o Bloco procurou conhecer através das várias sessões públicas realizadas;

Por último, Catarina Martins referiu "o grande passo" que foi dado com a aprovação dos Projectos relativos ao regime laboral e de certificação profissional dos profissionais das artes do espectáculo e do audiovisual.

"Esta foi sem dúvida uma grande evolução, visto estes profissionais trabalharem na sua grande maioria a recibos verdes, sem qualquer vínculo, segurança ou direitos profissionais", avaliou a deputada bloquista. ✱



O governo limitou o financiamento ao ensino da música apenas às escolas que dele beneficiaram em 2009. E a verba a atribuir este ano não pode ser superior à do ano passado. Uma situação com "consequências graves ao nível da organização do próximo ano lectivo".

As deputadas Ana Drago e Catarina Martins dirigiram um requerimento ao governo para saber o que acontecerá agora "às instituições que até à publicação do novo despacho contrataram novos docentes e abriram novas turmas para o ensino da música".

O despacho da ministra Isabel Alçada foi publicado esta terça-feira, mas "estranhamente o despacho produz efeitos a partir de 5 de julho do presente ano", dizem as deputadas bloquistas no documento entregue na Assembleia da República dirigida à ministra.

O Bloco quer ainda saber quantos alunos e professores vão ser prejudicados com a "limitação no financiamento dos estabelecimentos que ministram a música".

"Sem qualquer conhecimento ou consulta prévia, as diversas escolas de ensino artístico do país procederam à abertura de inscrições para as matrículas no ano lectivo de 2010/2011, prevendo em alguns casos o aumento significativo de alunos matriculados, dadas as parcerias estabelecidas com escolas básicas, caso do Conservatório Regional do Baixo Alentejo e da Escola EB1 de Santa Maria em Beja (que neste momento conta com mais 3 turmas de 5º ano e uma possível de 7º ano, tendo de acordo com o previsto candidatado todas as turmas a contrato até 31 de Julho)", afirmam as deputadas bloquistas.

Ana Drago e Catarina Martins criticam ainda o facto desta medida do governo implicar que o financiamento ao ensino da música "deixe de ser avaliado de acordo com o critério do custo anual por aluno", ao impor um tecto no montante a atribuir, que não pode exceder o do ano passado, mesmo que este ano os alunos sejam muitos mais. ✱



Três anos de IVG

POR JOÃO SEMEDO

A realidade revela que a aplicação da lei foi um sucesso e um enorme progresso.

Passaram três anos desde a aprovação e aplicação da lei da interrupção voluntária da gravidez. Desta vez, foi esse o pretexto para a direita ultrac conservadora tentar reanimar a campanha pela revogação da lei do aborto. E mais uma vez sem argumentos. Apenas e sempre a mesma lenga-lenga do costume: a exploração demagógica de preconceitos e credices, a arrogância de quem pretende impor aos outros as suas opções de vida, o cruel atrevimento de querer julgar e punir as mulheres que recorrem ao aborto, a instrumentalização grosseira da criança.

No entanto, a realidade revela que a aplicação da lei foi um sucesso e um enorme progresso. De acordo com os números oficiais, em 2008 e 2009, foram registadas cerca de 39 mil interrupções de gravidez. Foram 39 mil mulheres que a lei poupou à humilhação dos tribunais, ao sofrimento físico e psico-

lógico - e até à morte - associados ao aborto clandestino. Este é o principal balanço da lei, o grande ganho social que trouxe.

Sucesso também na capacidade revelada pelo SNS em dar resposta às novas exigências de organização e funcionamento que indiscutivelmente a lei introduziu nos serviços de saúde, apesar da objecção de consciência de alguns profissionais que a direita procurou usar como tropa de choque para boicotar a lei. Também aí a direita perdeu.

Persistem problemas? Claro que sim. A gravidez na adolescência (em 2009, cerca de 12% das IVGs foram em jovens entre os 15 e os 19 anos), os abortos repetidos (340 em 19 mil, no ano de 2009), as faltas às consultas de planeamento familiar (1 em cada 3, segundo alguns estudos), continuam a ser motivo de preocupação.

Mas a lei da IVG não tinha por objectivo resolver qualquer um desses problemas e, só por si, seria uma ilusão e uma irresponsabilidade julgar que ela o poderia fazer. O saldo da aplicação da lei não pode ser avaliado por aqueles parâmetros. A lei visou o aborto clan-

destino, a protecção da saúde e vida da mulher, a defesa da sua dignidade. É em função destes objectivos que dizemos que a aplicação da lei constitui um extraordinário sucesso.

O aborto tem raízes sociais. A exclusão social, a pobreza, o desemprego, as dificuldades económicas que atormentam muitas famílias, favorecem o recurso ao aborto. Não se pode exigir que a lei da IVG mude ou acabe com a crise social que se vive no país. Mas, neste contexto social, onde inevitavelmente o recurso ao aborto tende a aumentar, a lei da IVG pode impedir que muitas situações pessoais e familiares se agravem e compliquem.

Não é nem a revogação nem a alteração da lei da IVG que estão na ordem do dia. Toda a exigência deve ser colocada nos apoios sociais às famílias, no reforço do planeamento familiar e na inclusão da educação sexual nas escolas portuguesas.

Curiosamente, é a mesma direita que brama contra a lei do aborto que tem combatido o planeamento familiar, a educação sexual e o estado social. ★



O vilão conveniente

POR JOSÉ GUSMÃO

Está aí a famosa proposta de Revisão Constitucional do PSD. Uma proposta tão grave nas suas consequências, como leviana na sua formulação e indigente nas suas justificações. Passos Coelho quer rever a Constituição para mostrar que é estadista. O que mostra é apenas o seu extremismo liberal e falta de cultura democrática. É o próprio que diz que as alterações visam abrir caminho à agenda do seu próprio Governo. Com que mandato, ninguém sabe. Passos Coelho quer mudar a lei fundamental para começar a implementar o programa de um governo específico que ainda nem foi eleito. Passos Coelho ainda nem é deputado mas já fala com a arrogância dos Primeiros-Ministros em fase descendente.

O projecto do PSD é uma declaração de guerra contra o Estado Social. Passos Coelho sabe bem quem o apoia e o que precisa. Os grupos económicos portugueses, os mais selectivos liberais que o mundo conhece, precisam de mais uma dose de patrocínio público. Desta vez, sob a forma da privatização dos serviços públicos, um negócio irresistível para quem gosta de investir em negócios sem risco, procura garantida e financiamento público. Assim, o primeiro passo é introduzir o princípio do pagamento para abrir porta à comercialização de Direitos que a Constituição sempre enquadrava como parte integrante da democracia.

Na área do Direito do Trabalho, Passos Coelho avança com o sonho de sempre dos patrões: o livre despedimento. Como convém a este tipo de propostas, a coisa vem embrulhada com o conceito de “razões atendíveis”, que quer dizer, exactamente, coisa nenhuma. Se o conceito de Justa Causa já vinha sendo alargado até ao absurdo pelos Códigos Bagão Félix

/Vieira da Silva, Passos Coelho acha que a coisa ainda é uma maçada. Passos Coelho diz que não é a liberalização dos despedimentos porque o empregador tem de ter um motivo, mas a situação económica da empresa é considerada uma das razões atendíveis. Ou seja, qualquer coisa serve. O patrão só tem de se dar ao trabalho de pôr uma justificação na carta de rescisão.

Passos Coelho faz a Sócrates o favor de enunciar com todas as letras e toda a brutalidade o programa liberal.

Quanto ao sistema político, muito se tem falado sobre as alterações aos poderes do Presidente. Mas pouca atenção está a ter uma outra alteração, bem mais substantiva, que incide sobre o princípio da proporcionalidade da representação política. De mansinho, e no meio de um mar de alterações bem mais mediatizáveis, o PSD tenta fazer passar a viabilização de leis eleitorais que façam da democracia um clube privado do Bloco Central.

Esta proposta já suscitou uma oposição generalizada que abrange organizações como a CGTP, a FENPROF ou a CONFAP e constitucionalistas que vão da Isabel Moreira ao Jorge Miranda. É importante que assim seja. O isolamento e derrota liminar desta proposta na opinião pública é condição indispensável para que o Partido Socialista não tenha condições para, enquanto condena o extremismo do PSD, começar a negociar alguns aspectos mais convenientes para a estabilidade do Bloco Central. Por outro lado, a proposta tem a virtude de mostrar aos olhos de todos a fractura política do

nosso tempo: o combate pelo Estado Social, pelas Garantias Mínimas e pela pluralidade do sistema político. É por isso que é central a campanha presidencial neste contexto e a capacidade que a candidatura de Manuel Alegre tiver de fazer convergir todos que querem pôr toda a sua força política neste combate decisivo para a evolução da nossa sociedade.

Já o Partido Socialista precisava deste disparate como de pão para a boca. Agora, o mesmo Governo que impôs taxas moderadoras nas cirurgias e internamentos decididas pelos médicos, os mesmos deputados que aprovaram o Código do Trabalho que introduziu esse conceito tão preciso de “razões atendíveis”, os mesmos dirigentes que introduziram as propinas no Ensino Superior e vão contratando a privados em todos os graus de ensino, podem agora puxar dos seus galões socialistas, ufanos e indignados, e fazer juras de fidelidade ao Estado Social. A incontinência de Passos Coelho proporciona ao PS um momento (e foram tão poucos...) de demarcação teórica entre Sócrates e a Direita.

Passos Coelho faz a Sócrates o favor de enunciar com todas as letras e toda a brutalidade o programa liberal. Este é o escape mais conveniente para o Primeiro-Ministro. Para quê implementar políticas concretas de defesa efectiva do Estado Social e dos Direitos de quem trabalha quando se pode só falar do assunto? Para quê fazer, quando se pode dizer coisas de Esquerda? Nos próximos meses, caber-nos-á a enorme tarefa de derrotar este projecto do PSD, mas também a de mostrar a medida em que ele tem norteadado grande parte da política económica e social dos últimos anos. Não será fácil, mas é a luta decisiva dos dias que correm. ★



Acampamento Liberdade 2010

POR CATARINA PRÍNCIPE

Este ano, a liberdade acampou em São Pedro do Sul. O 7º Acampamento Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda aconteceu de 21 a 25 de Julho e estiveram presentes cerca de 300 pessoas, uma grande parte das quais nunca tinha participado num acampamento ou numa actividade do Bloco.

A média etária dos participantes rondou os 20 anos, rejeitando, assim, a ideia de que os jovens mais jovens estão distantes da participação e da discussão política. O modelo organizativo foi semelhante ao de anos anteriores: plenários de manhã (sempre muito participados), debates e workshops culturais à tarde, filmes e festas à noite. Os temas dos debates variaram da ecologia à crise, da educação à precariedade, da NATO às drogas leves, da política europeia aos feminismos, do software livre aos activismos culturais, tentando despertar interesses novos, mas também reforçar intervenções temáticas. Os workshops culturais de stencil, teatro do oprimido e produção de produtos naturais caseiros deram-nos ferramentas para agir e transformar o quotidiano e a forma como podemos intervir diariamente. Para relaxar, tivemos uma piscina sempre bem preenchida, um workshop de malabarismo, outro de massagens e ainda as festas – com especial atenção à festa LGBT, onde repensamos a forma como convivemos e como estão, normalmente, organizados os espaços de convívio. A auto-gestão é um elemento essencial do acampamento: o espaço que construímos é de todos e, por isso, todos participamos da

sua organização, com turnos de limpeza, bancas, refeições, bar e segurança. Tivemos, ainda e pela primeira vez, um jornal de campo chamado “Maré Alta” com as actividades importantes de cada dia, pequenas entrevistas e informações importantes sobre o campo e os debates.

Para além de tudo isto, o acampamento de jovens do Bloco é um espaço de activismos e de activistas e serve para trocarmos experiências, criarmos redes de contacto e sabermos que, afinal, não estamos sozinhos e que há muita gente que partilha as mesmas vontades e a mesma intervenção. De muitos debates saíram propostas concretas: a organização da contra-cimeira da NATO, novas actividades no âmbito das Marchas Globais da Marijuana, uma campanha sobre Acção Social no Ensino Superior; e também ideias para intervenções locais, partilha de informação e uma grande vontade de nos voltarmos a encontrar em breve. E juntamo-nos porque queremos lutar contra um sistema que nos quer obedientes, calados e explorados e porque queremos pôr em comum para descobrir que é, de facto, muito mais o que nos une. Sabemos que a mudança é impossível se a quisermos fazer sozinhos.

Até já, Liberdade! ★

Portagens nas SCUT contestadas na Assembleia Metropolitana do Porto

O Bloco de Esquerda lembrou que o princípio do utilizador-pagador foi pensado para salvaguarda ambiental e reflecte-se sobre o consumo de recursos naturais e não sobre outros. “A defesa das portagens em todas as SCUT do país é prova da cegueira ideológica dos liberais”, acusou José Castro, deputado do Bloco na Assembleia Metropolitana do Porto. “Diz-se que a manutenção de SCUTs, em particular as do Norte, custa bastante ao Estado, mas não se faz as contas aos benefícios que trazem, como o da coesão territorial e mesmo benefícios económicos, atraindo a localização de empresas e facilitando a mobilidade”, acrescentou.



Bloco Madeira contra crucifixos nas escolas

LEONARDO MEIRA



O Bloco de Esquerda está contra a manutenção de crucifixos nas escolas da Região. O deputado bloquista, Fernando Letra, disse achar “caricata a posição do presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, no que diz respeito à questão dos crucifixos, uma vez que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem já condenou a manutenção dos crucifixos nas escolas nos países da União Europeia. “As famílias dão uma orientação religiosa às crian-

ças se quiserem. Ao Governo Regional compete apenas seguir as regras decretadas pela União Europeia, portanto, não manter os crucifixos nas escolas porque a mantê-los teria que manter uma estátua do Buda ou outros símbolos, porque toda a gente tem direito à sua liberdade religiosa”, acrescentou Fernando Letra.

Cobrança ilegal de taxas acaba em tribunal

Depois de três requerimentos sem resposta da Câmara, o deputado municipal bloquista quer que seja o tribunal a parar com a cobrança ilegal de taxas em São Pedro do Sul. “Desde o passado dia 1 de Maio de 2010 que as taxas municipais em S. Pedro do Sul se encontram revogadas.

Os órgãos do Município teriam até 30 de Abril de 2010 para compatibilizar as suas taxas com o preceituado na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, o que não fizeram”, diz o comunicado di-

vulgado pelo Bloco “Tiveram três anos e quatro meses para aprovar as taxas e não o fizeram”, lamentou o deputado municipal Rui Costa, explicando que, de acordo com a legislação, “as câmaras que não adaptassem as taxas à nova lei viam-nas revogadas”.

Sentimento generalizado de medo na Ambar

O Bloco de Esquerda denunciou as manobras da administração da empresa Ambar, no Porto, para conseguir a intensificação do ritmo da exploração do trabalho, espalhando o “sentimento generalizado de medo” entre os trabalhadores, através dos despedimentos colectivos. Em 2000, a Ambar contava com 722 pessoas ao seu serviço, enquanto que no final de 2009 já tinha menos de 300 trabalhadores em Portugal. Este ano já procedeu ao despedimento colectivo de mais 32 trabalhadores. Agora pretende despedir mais cinco, denuncia o Bloco de Esquerda em comunicado.



COMÍCIOS VERÃO 2010



OLHOS NOS OLHOS



Em Julho e Agosto, o Bloco de Esquerda foi para a estrada e percorreu mais de 10 mil quilómetros com sessões públicas ao ar livre em Aveiro, Vieira de Leiria, Viana do Castelo, Vila Real, Amarante, Guimarães, Braga, Peniche, Ericeira, Coimbra, Figueira da Foz, Odeceixe, Lagos, Portimão, Manta Rota, Ílhavo, Furadouro, Zambujeira do Mar, Armação de Pêra, Albufeira, Quarteira, Portimão, Tavira, Ferragudo,

Monte Gordo, Armação de Pêra e Vila Nova de Milfontes.

Os deputados do Bloco prestaram contas e ouviram centenas e centenas de pessoas "à distância de um aperto de mão". Os comícios de rua, só possíveis com o empenho de muitas dezenas de activistas por todo o país, mostraram que "não nos resignamos" e constituíram um apelo à participação cidadã.